

www.pwc.com.br

Luz de Belém

SPE S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Luz de Belém SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Luz de Belém SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 309 dias compreendido entre 25 de fevereiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Luz de Belém SPE S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 309 dias compreendido entre 25 de fevereiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Contexto operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia iniciou suas operações em 25 de fevereiro de 2021 com o objetivo de atuar como concessionária do sistema de iluminação pública do município de Belém - PA, no entanto a primeira ordem de serviços não foi assinada até o momento em virtude d prefeitura ainda não ter finalizado a contratação de instituição bancária para prestação de serviços de administração dos recursos provenientes da arrecadação da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP). Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota 7 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldos e operações em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas.



Luz de Belém SPE S.A.

Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de



Luz de Belém SPE S.A.



continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Maringá, 7 de maio de 2022

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:

Signed By: ADRIANO MACHADO: 15671101859
CPF: 15671101859
Signing Time: 07 May 2022 | 09:41 BRT

E69E7AAA3BD147519FA2A8D27CD7DFB9

Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/O-7

LUZ DE BELÉM SPE S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS****Exercício findo em 31 de dezembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais)**

Ativo			Passivo e Patrimônio líquido		
	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>		<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante		<u>174</u>	Circulante		<u>181</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4	24	Fornecedores	11	7
Créditos tributários	5	39	Passivo de arrendamento	12	154
Adiantamentos a fornecedores	6	20	Salários e encargos sociais a pagar	13	20
Outros créditos	7	91			
Não circulante		<u>47.925</u>	Não circulante		<u>694</u>
Partes relacionadas	8	43.536	Passivo de arrendamento	12	694
Outros ativos não circulantes	7	3.597			
Imobilizado		<u>27</u>	Patrimônio líquido		<u>47.224</u>
Direito de Uso	10	765	Capital social	14	48.211
			Prejuízos acumulados	14.2	(987)
Total do ativo		<u>48.099</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>48.099</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.**Demonstrações do resultado****Período de 25 de fevereiro à 31 de dezembro de 2021 (310 dias)****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>
Custos dos serviços prestados	15	(221)
Lucro bruto		<u>(221)</u>
Receitas (despesas) operacionais		<u>(880)</u>
Despesas gerais e administrativas	16	(880)
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		<u>(1.101)</u>
Resultado financeiro		<u>114</u>
Despesas financeiras	17	(49)
Receitas financeiras	17	163
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(987)</u>
Prejuízo do período		<u>(987)</u>
Prejuízo por ação - Reais	18	<u>(0,0205)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Período de 25 de fevereiro à 31 de dezembro de 2021 (310 dias)

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício	(987)
Total dos resultados abrangentes	<u>(987)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Período de 25 de fevereiro à 31 de dezembro de 2021 (310 dias)
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 25 de fevereiro de 2021		-	-	-
Integralização de capital	14.1	48.211	-	48.211
Prejuízo do exercício		-	(987)	(987)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>48.211</u>	<u>(987)</u>	<u>47.224</u>

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Período de 25 de fevereiro à 31 de dezembro de 2021 (310 dias)

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo líquido do período	(987)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício as atividades operacionais	
Depreciação e amortização	87
Juros apropriados sobre arrendamento mercantil	47
(Aumento)/redução nos ativos	
Adiantamentos e demais contas a receber	(3.708)
Créditos Tributários	(39)
Aumento/(redução) nos passivos	
Fornecedores	7
Salários e encargos sociais a pagar	20
	<u>(4.573)</u>
Juros pagos sobre passivo de arrendamento	(2)
Caixa líquido proveniente das Atividades Operacionais	<u>(4.575)</u>
Aquisição de ativo imobilizado	(29)
Caixa líquido aplicado nas Atividades de investimento	<u>(29)</u>
Acionistas	
Integralização de capital	48.211
Partes relacionadas	(43.536)
Passivo de arrendamento amortização	(47)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>4.628</u>
Aumento líquido no saldo de caixa	<u>24</u>
Caixa e equivalente de caixa	
Composição de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Composição de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	24
Aumento líquido no saldo de caixa	<u>24</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional e eventos subsequentes

Luz de Belém SPE S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de propósito específico de capital fechado, tem por objetivo exclusivamente, a elaboração do projeto, implantação, expansão, modernização, operação e manutenção das instalações de iluminação pública do Município de Belém Estado do Pará, bem como instituir processos para responsabilidade do consumo de energia de iluminação pública, nos termos da concorrência nº 005/2020, instruída pelo processo administrativo nº 8082/2019, que tem por objeto a outorga de Parceria Público Privada (“PPP”) na modalidade concessão administrativa (“Concessão Administrativa”). Constituída em 25 de fevereiro de 2021, tem sede e foro na avenida Dr. Freitas, nº 764, Bairro Pedreira, CEP 66.087-810, na cidade de Belém, estado do Pará. O contrato de concessão administrativa foi assinado em 22/03/2021 e terá prazo de 13 anos a contar da assinatura da ordem de serviço.

Em 01/07/2021, houve uma decisão do Juiz da 1ª Vara de Fazenda da Capital da Comarca de Belém acatando o mandado de segurança que foi impetrado pela Proteres, 2º colocado no processo concorrencial, em desfavor da Conasa Infraestrutura, líder do consórcio vencedor da licitação integrado pela Companhia, em trâmite na 1ª vara dos feitos da fazenda pública de Belém/PA, com deferimento do pedido de tutela para suspensão do processo licitatório nº 8082/19 da concorrência pública nº 005/2020.

Em 15/11/2021, houve a Decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no âmbito do Agravo de Instrumento interposto em Mandado de Segurança contra decisão que indeferiu o ingresso da Caixa Econômica Federal na qualidade de assistente litisconsorcial, na qual decide: 1) conceder o efeito suspensivo para sustar os efeitos da liminar concedida pelo juízo a quo; e 2) autorizar o prosseguimento da licitação e do contrato.

Houve a publicação de Comunicado, em 20/12/2021, da Secretaria Municipal de Urbanismo, que informa a Retomada do Contrato n.º 01/2021, conforme decisão proferida no Processo n.º 0834159-07.2021.8.14.0301.

Em 06/04/2022, houve a Publicação do Pregão Eletrônico n.º 44/2022-SEFIN, para contratação de instituição bancária oficial pública, federal ou estadual, para prestação de serviços de administração dos recursos provenientes da arrecadação da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP), no âmbito da Concessão Administrativa n.º 001/2021, em 06/04/2022. Os Envelopes deverão ser entregues até 20/04/2022 e serão abertos em sessão pública agendada para 20/04/2022.

Diante do avanço na contratação instituição bancária, sendo esta a última obrigação a ser cumprida pela Prefeitura Municipal de Belém, estima-se que no mês de maio/2022 a ordem de serviço seja emitida e o Contrato de Concessão n.º 01/2021 se torne eficaz.

A Companhia acompanha os processos de evolução da pandemia do Covid-19. A Administração não identificou necessidade de revisão das Demonstrações Financeiras, por temas relacionados com os riscos do Covid-19 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

1.1. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 24 de março de 2022.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras:

2.1. A declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Considerando que a Companhia foi constituída em 25 de fevereiro de 2021, as presentes demonstrações financeiras não possuem informações comparativas.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Considerando que a Companhia foi constituída em 25 de fevereiro de 2021, as presentes demonstrações financeiras não possuem informações comparativas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

2.3. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todas as demonstrações financeiras anuais da Companhia.

2.4. Ativos e passivos financeiros

Ativo financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

• Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.4.3 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4.4 Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.4.5 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.4.6 Ativo circulante e não circulante

- **Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e aplicações compromissadas, e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um fundo de investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

- **Ativo de contrato de concessão**

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão (construção e/ou melhorias) são reconhecidos como “Ativo de contrato”, quando as concessionárias possuem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo de contrato do poder concedente pelos serviços de construção/melhoria, e o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. Além disso, o valor a ser ressarcido independe da utilização do serviço pelo público.

O ativo de contrato de concessão é mensurado ao custo amortizado. No início de cada concessão é estimada pela Companhia a Taxa de Remuneração do Ativo de Contrato - TRAC por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo de contrato no prazo de concessão, e periodicamente é revisada.

O saldo do ativo de contrato de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAC da concessão. São considerados no fluxo de caixa futuro as estimativas das Companhia na determinação da parcela mensal da Contraprestação pecuniária (receita anual) que deve remunerar a infraestrutura.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A contraprestação pecuniária prevista no contrato de PPP - Parceria Público Privada (receita anual) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema e não depende da utilização da infraestrutura. Portanto, não existe risco de demanda. Excepcionalmente, a “receita anual” (fluxo de caixa) pode ser reduzida anualmente em decorrência de indisponibilidade dos sistemas (performance).

A parcela de remuneração do ativo de contrato de concessão deve ser apresentada na demonstração do resultado de forma consistente e deve ser apresentada entre as receitas da operação.

▪ **Imobilizado:** O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas que não integram os ativos objetos dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil com o valor líquido da venda, e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados.

▪ **Perda no valor recuperável (impairment):** Na data de cada encerramento anual das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que pelo menos os valores contábeis dos ativos não financeiros não serão recuperados. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*).

2.4.7. Passivo circulante e não circulante

▪ **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Resultado por Ação:** De acordo com o CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Diluído: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada que disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

2.4.8. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência:

Receitas: A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.

a) **Receitas e despesas financeiras:** A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

2.4.9. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As principais premissas e julgamentos relativos a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

- a) **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, ou parceria público privada, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo de contrato, que impacta a avaliação de continuidade operacional da Companhia

3. Mudança nas principais políticas contábeis

3.1. As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e estão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021 e não tiveram impactos nas demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Reforma da IBOR - Fase 2: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 - "Instrumentos Financeiros", ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao IFRS 4/CPC 11 "Contratos de Seguros". A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pela Companhia, com relação a:

(i) Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros: permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desconhecimento do contrato e, conseqüentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior.

(ii) Relações de hedge: a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção e nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício.

Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022.

Não há impactos identificados pela Companhia na adoção das respectivas normas.

3.2 As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Alteração ao IAS 37 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”: em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- Alteração ao IFRS 3 “Combinação de Negócios”: emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º. de janeiro de 2022.
- Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022:
 - (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
 - (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.
- Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023.

- Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	<u>31/12/2021</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4
Aplicações financeiras	<u>20</u>
	<u>24</u>

Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras da Companhia possuíam rendimento médio de 55% do CDI.

5. Créditos tributários

	<u>31/12/2021</u>
Circulante	
COFINS a recuperar	1
IRRF a recuperar sobre aplicação financeira	<u>38</u>
	<u>39</u>

6. Adiantamentos a fornecedores

	<u>31/12/2021</u>
Outros fornecedores de serviços	<u>20</u>
	<u>20</u>

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Refere-se a adiantamentos para prestadores de serviços relacionados durante o exercício de 2021.

7. Outros ativos circulantes e não circulantes

	<u>31/12/2021</u>
Circulante	
Despesas antecipadas (Seguro Garantia)	91
	<u>91</u>
Não circulante	
Despesas antecipadas (Projetos e estudos) (*)	3.597
	<u><u>3.597</u></u>

(*) O saldo de despesas antecipadas refere-se a estudos de viabilidade do projeto realizados pelo Caixa Econômica Federal, contratada pela prefeitura de Belém-PA e que seria de responsabilidade do vencedor da licitação, conforme previsto no edital. Essas despesas antecipadas com o pagamento do projeto serão amortizadas linearmente até o final do contrato de PPP.

8. Partes relacionadas

	<u>31/12/2021</u>
Conasa Infraestrutura S.A	32.521
Ello Serviços Obras e Participações	11.015
Total de partes relacionadas	<u><u>43.536</u></u>

Em virtude do atraso na assinatura do contrato, bem como a não realização do início das obras, a Companhia decidiu por firmar contrato de mútuo com seus acionistas, os quais não serão cobrados juros remuneratórios e seu vencimento se dará logo após a assinatura da ordem de serviço do contrato de concessão.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

	(%) Taxa média de depreciação ao ano	31/12/2021		
		Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	10	10	-	10
Computadores e periféricos	20	19	(2)	17
		<u>29</u>	<u>(2)</u>	<u>27</u>

A Administração não identificou indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

10. Direito de uso

	Taxa amortização	31/12/2021		
		Adoção inicial	Amortização	Líquido
Arrendamentos	16,6%	850	(85)	765
		<u>850</u>	<u>(85)</u>	<u>765</u>

Referente ao galpão comercial em Belém - PA com contrato vigente até junho de 2026.

11. Fornecedores

	31/12/2021
Fornecedores nacionais	<u>7</u>
	<u>7</u>

12. Passivo de arrendamento

	31/12/2021
Passivo circulante	
Passivo de arrendamento - Galpão	<u>154</u>
Passivo não circulante	
Passivo de arrendamento - Galpão	<u>694</u>
Total de passivo de arrendamentos	<u><u>848</u></u>

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Referente ao galpão comercial em Belém - PA com contrato vigente até junho de 2026.

	Adoção inicial	Juros apropriados	(-) Pagamento de principal	(-) Pagamento de juros	Líquido
Passivo de arrendamentos					
Arrendamento - Galpão	850	47	(47)	(2)	848
Total do passivo de arrendamentos	850	47	(47)	(2)	848

13. Salários e encargos sociais a pagar

	31/12/2021
Salários a pagar	5
Encargos sociais	5
Provisões de férias, 13º salário e encargos	10
Total de salários a pagar	20

14. Patrimônio líquido**14.1. Capital social**

O capital social da Companhia subscrito e integralizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 48.211, representado por 48.211.063 ações ordinárias nominativas, totalmente integralizada, com valor nominal de R\$ 1.

Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	31/12/2021		
	Número de ações	Valor	%
Conasa Infraestrutura S.A.	36.158.297	36.158	75%
Ello Serviços, Obras e Participações Ltda	12.052.766	12.053	25%
	48.211.063	48.211	100%

Até novembro de 2021 a Zetta Infraestrutura possuía 25% das ações da Companhia, representadas por 12.052.766 ações ordinárias nominativas, porém, em dezembro de 2021 a Conasa Infraestrutura adquiriu integralmente a participação da Zetta Infraestrutura, tornando-se a Controladora da Companhia.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

14.2. Prejuízos acumulados

Por ser o primeiro ano do contrato de parceria público privada, onde se forma a estruturação das bases operacionais, o saldo de prejuízos acumulados encerrou em R\$ 987 no encerramento do exercício de 2021.

15. Custos sobre os serviços prestados

	<u>31/12/2021</u>
Custo com material aplicado	(3)
Custo com pessoal	(120)
Custo com terceiro	(13)
Depreciação e amortização	(85)
	<u>(221)</u>

16. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2021</u>
Com pessoal	(4)
Com honorários consultorias	(488)
Impostos, taxas e contribuições	(23)
Despesas de informática	(54)
Viagens e estadias	(48)
Depreciação e amortização	(2)
Outras despesas	(261)
	<u>(880)</u>

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

17. Resultado financeiro

	<u>31/12/2021</u>
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicação financeira	163
	<u>163</u>
Despesas financeiras	
Juros sobre arrendamentos	(47)
Tarifas bancárias	(2)
	<u>(49)</u>
Resultado financeiro	<u><u>114</u></u>

18. Resultado por Ação

Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o resultado aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico:

	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	(987)
Média ponderada de ações em circulação	48.211.063
Resultado por ações - básico - R\$	<u><u>(0,0205)</u></u>

Diluído: A Companhia não apresentou o cálculo do Resultado por ação - diluído conforme requerido pelo CPC - 41, em razão de não existir fatores de diluição.

19. Instrumentos financeiros**19.1 Análises dos instrumentos financeiros**

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

19.2 Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização. Os instrumentos financeiros se aproximam do valor justo no encerramento do período do saldo contábil, motivo este de estarem demonstrados abaixo somente o saldo contábil:

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Categoria	31/12/2021	
		Valor contábil	Valor de mercado
Ativo financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	24	24
Partes relacionadas	Custo amortizado	43.536	43.536
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	7	7
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	848	848

19.3 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(a) *Risco de mercado:*

Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação, a Administração entende que não existe risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa por não ter passivos vinculados as taxas de juros no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Risco de taxas de câmbio: A Companhia não realiza operações cambiais.

(b) **Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

(c) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial, revisão tarifaria.

20. Contingências

A Companhia não possui ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista que possam ser consideradas perdas prováveis, assim como não tem ações consideradas possíveis.

LUZ DE BELÉM SPE S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

21. Remuneração de diretores estatutários

Os diretores estatutários não receberam em 2021 nenhum valor a título de pró-labore pelos serviços prestados. Não há qualquer outro benefício concedido.

22. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações, visando a avaliação adequada sobre o risco existente de perda de ativos ou de mercado.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. As coberturas de seguros são:

Serviços segurados	Vigência	Cobertura
Responsabilidade civil	02/2021 a 02/2022	15.000
Riscos especiais	02/2021 a 02/2022	5.725
Obras Civas em Construção e Instalação e Montagem	06/2021 a 06/2023	74.425
Total de cobertura		95.150

Daniel Faour Auad
Diretor Administrativo Financeiro

Isaac do Nascimento
Contador – CRCPR-043806/O-1

* * *

Certificate Of Completion

Envelope Id: F8F2E057F8284BBCA56263EDE7424A8D	Status: Completed
Subject: Please DocuSign: LUZDEBELEMSPE21.DEZ (1).pdf	
Source Envelope:	
Document Pages: 25	Signatures: 1
Certificate Pages: 2	Initials: 0
AutoNav: Enabled	Envelope Originator:
Envelopeld Stamping: Enabled	Ricardo Silva
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia	Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água Branca
	São Paulo, SP 05001-100
	ricardo.silva@pwc.com
	IP Address: 54.94.245.207

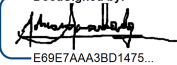
Record Tracking

Status: Original 07 May 2022 08:37	Holder: Ricardo Silva ricardo.silva@pwc.com	Location: DocuSign
Status: Original 07 May 2022 09:41	Holder: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Location: DocuSign

Signer Events

Adriano Machado
a.machado@pwc.com
PwC BR
Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate
Signature Provider Details:
Signature Type: ICP Smart Card
Signature Issuer: AC Certisign RFB G5
Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

Signature

DocuSigned by:

E69E7AAA3BD1475...
 Signature Adoption: Drawn on Device
 Signed by link sent to a.machado@pwc.com
 Using IP Address: 34.100.64.112

Timestamp

Sent: 07 May 2022 | 08:38
Viewed: 07 May 2022 | 09:40
Signed: 07 May 2022 | 09:41

In Person Signer Events **Signature** **Timestamp**

Editor Delivery Events **Status** **Timestamp**

Agent Delivery Events **Status** **Timestamp**

Intermediary Delivery Events **Status** **Timestamp**

Certified Delivery Events **Status** **Timestamp**

Carbon Copy Events **Status** **Timestamp**

Ricardo Silva ricardo.silva@pwc.com PwC BR Security Level: Email, Account Authentication (None) Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign	COPIED	Sent: 07 May 2022 09:41 Viewed: 07 May 2022 09:41 Signed: 07 May 2022 09:41
--	---------------	---

Witness Events **Signature** **Timestamp**

Notary Events **Signature** **Timestamp**

Envelope Summary Events **Status** **Timestamps**

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	07 May 2022 08:38
Certified Delivered	Security Checked	07 May 2022 09:40
Signing Complete	Security Checked	07 May 2022 09:41
Completed	Security Checked	07 May 2022 09:41

Payment Events	Status	Timestamps
-----------------------	---------------	-------------------